

## “Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital

“Youth connected”? Telecentres: myths and evidence of digital inclusion

### Helga Aliverti Nazario

Mestre em Educação, pela Universidade Estácio de Sá; graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Uni-Rio, com pós-graduação em Orientação Educacional no Instituto La Salle.

### Estrella Bohadana

Doutora em Comunicação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá.

#### **Resumo**

Uma crença generaliza-se na sociedade em que se vive: a de que os recursos introduzidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação permitirão, em breve lapso de tempo, a superação dos antigos problemas com que se defronta a educação brasileira e, em particular, a questão do acesso de jovens aos bens culturais da sociedade. Mas haveria, na prática social cotidiana, evidências que autorizem esta expectativa? No presente artigo, discutiram-se alguns dados extraídos de uma pesquisa realizada com frequentadores de telecentros, abordando, assim, a educação desses jovens em espaços não formais e a política de inclusão digital.

**Palavras-chave:** jovens de baixa renda; internet; telecentros e educação.

#### **Abstract**

A belief is widespread in our society: that the features introduced by the new information and communication technologies will in short time, solve old problems faced by Brazilian educational system and in particular the issue of access to cultural devices by youngsters. But are there, in daily social practice, evidences authorizing this expectation? In this article we discussed some data drawn from a survey realized with young users of telecentres. Approaching the education of young people in non-formal and digital inclusion policy.

**Keywords:** low-income youngsters; internet; telecentres and education.

## “Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital

### 1. Introdução

As transformações que ocorreram a partir do fim do século XX em sociedades globalizadas geraram uma gama de modificações nas relações sociais. O mundo encontra-se inserido no que se passou a denominar “sociedade da informação”, cujo principal alicerce é a comunicação. Nessa nova sociedade, o desenvolvimento social se dá pela ênfase nos processos de produção, difusão e uso de informações, principalmente nas mídias digitais.

O surgimento da Internet, com barreiras físicas reduzidas e tempo assíncrono, trouxe importantes mudanças no acesso à informação, introduzindo as redes virtuais e ampliando a difusão de cultura e ciência, além de modificar de maneira significativa a configuração do consumo.

Nessa sociedade, a produção está intimamente vinculada ao fenômeno da informatização. Nela, o computador é uma das principais ferramentas aliadas do capital, a ele conferindo mobilidade e velocidade (CAZELOTO, 2008: 31). A informatização tece uma nova “elite” que valoriza o trabalho imaterial e, desqualificando o trabalho típico da sociedade industrial, cinde os trabalhadores em duas categorias: “de um lado um núcleo central, altamente qualificado (...) de outro lado, uma massa de trabalhadores periféricos” (*op. cit.*, p. 39).

No entanto, a mudança de uma sociedade caracterizada pela produção para outra, na qual o foco é o consumo, decorre da expansão tecnológica experimentada pelas indústrias após 1950, que conferiu um aumento contínuo da capacidade de produção. Esse influxo de produtividade, por sua vez, exigiu estratégias para estimular o consumismo e ampliar os mercados, tais como “o lançamento incessante de ‘novos’ produtos ou o desenvolvimento de pequenas modificações técnicas e estéticas que tiravam de moda os produtos anteriores”. Por isto, a “incessante capacidade de inovar que surge como fator definidor do sucesso ou fracasso empresarial no mundo contemporâneo” (CAZELOTO, 2008: 51).

É, pois, nesse contexto que, veículo de facilitação dos fluxos comunicacionais e celeiro de matérias publicitárias e *merchandisings*, a Internet aproxima a indústria dos consumidores, tornando-se o ambiente ideal para a expansão do consumo. A diversidade e a variedade de mercadorias encontram, de maneira cada vez mais rápida, o público consumidor (BARBER, 2005).

O desenvolvimento do ciberespaço se deu em fases. Nos anos 1970, introduziu-se, com a convergência tecnológica e o estabelecimento do *personal computer*, a microinformática. Na segunda fase, entre os anos 1980 e 1990, difundiu-se o acesso à Internet, o que gera uma nova “ampliação de formas de conexão entre homens e homens, máquinas e homens, e máquinas e máquinas” (LE MOS, 2004: 2).

No Brasil, embora as estatísticas revelem um crescente aumento do número de conectados entre as camadas favorecidas, no que se refere à população de baixa renda, a falta de infraestrutura física, de computador e o custo elevado das conexões apresentam-se como importantes fatores responsáveis pelo não acesso à Internet dessa população (CGI, 2010: 1).

Se, por um lado, as discrepâncias no acesso à Internet evidenciam as desigualdades sociais existentes, por outro, demonstram que essas desigualdades não serão resolvidas apenas com o aumento de conectados, uma vez que a não conexão indica a precariedade de renda. Além disso, mesmo que possa crescer o número de jovens conectados, isto possivelmente se deverá mais ao aumento de frequência nos espaços públicos do que à melhoria socioeconômica dessa parcela da população. Nesse sentido, a conexão de per si ou a chamada inclusão digital não será certamente indicadora de inclusão social ou do fim das diferenças sociais, como querem algumas medidas governamentais.

O interesse deste trabalho estava voltado para o complexo cenário que configura a exclusão social e a relação existente nos discursos governamentais entre inclusão digital e inclusão social. Usar a inclusão digital para promover a inclusão social e reverter a condição de pobreza dos jovens parecia demasiado simplista, em vista da teia de causalidades que envolve a marginalização. Como ignorar educação precária e analfabetismo funcional, e considerar o acesso à tecnologia como solução para as profundas mazelas sociais da população de baixa renda?

Entretanto, nota-se quão frequentes são os discursos governamentais que dizem: “a tecnologia está em toda parte” e a “inclusão social promove a cidadania”. Há uma identificação explícita entre “novas tecnologias” e “progresso”, fazendo crer que o mundo esteja acessível a todos que se conectam à Internet e que o uso desta possa reverter o cenário de exclusão social da população de baixa renda.

Seria possível elencar uma série de ações e projetos de inclusão digital implementados pelo poder público, sempre associando a inclusão digital à inclusão social. Porém, em se tratando de estratégias de impacto no cotidiano dos jovens, considerou-se que as características – livre acesso e gratuidade de Internet – dos “telecentros.br” os tornariam uma iniciativa bem-sucedida.

Os telecentros são uma proposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, definidos como espaços públicos e gratuitos que visam a proporcionar acesso às TIC, com computadores conectados à Internet, “incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do **desenvolvimento local** em suas diversas dimensões” (grifou-se).

**“Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital**

Segundo a portaria interministerial, o monitor responsável pelas atividades de inclusão digital deve auxiliar os frequentadores e propor a eles processos que lhes permitam fazer uso das TIC disponíveis de maneira articulada ao desenvolvimento da comunidade. Dentre outras exigências, deve ser jovem de baixa renda, com idade entre 16 e 29 anos, morador da comunidade em que o telecentro está localizado. Nesse caso, questiona-se: como uma tarefa tão árdua e complexa – a inclusão digital – pode ser bem-sucedida se a faixa etária dos monitores não permite que sejam experientes em alfabetização ou letramento digital, e sendo este, muitas vezes, o primeiro emprego de muitos deles? Quais são as possíveis contribuições à “promoção do **desenvolvimento local**” de um jovem recém-saído do ensino médio?

Com o objetivo de coletar, organizar, sistematizar e disponibilizar informações sobre inclusão digital, o Observatório Nacional de Inclusão Digital (Onid), ambiente resultante da parceria entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a sociedade civil, apresenta em seu *site* números e informações acerca dos telecentros já implantados no Brasil. Em 2009, existiam **5.473**; desses, 31 no Município de Niterói. Em se tratando de esforços para a inclusão digital, deve-se levar em conta que o cadastramento nesse *site* é voluntário e, já que as instituições filantrópicas e ONGs não participam do projeto governamental, esse número pode não corresponder à realidade. Em 2010, o número de telecentros em atividade em Niterói caiu para apenas 13, o que reflete as dificuldades em manter projetos de inclusão digital.

Diante de objetivos tão ambiciosos, questiona-se a possibilidade de esses propósitos serem alcançados, uma vez que os “telecentros.br” não fazem parte de uma política pública mais ampla, capaz de responder pelo acesso à educação e à cultura e pela formação da cidadania na população de baixa renda.

Este artigo aborda a educação de jovens em espaços não formais e a política de inclusão digital realizada nos telecentros no Município de Niterói. Buscou-se desvendar os usos que os jovens fazem de computadores e Internet nesses centros, bem como verificar se a participação dos jovens nesses estabelecimentos seria capaz de modificar sua situação de excluídos sociais. Com esse intuito, observaram-se cinco telecentros no Município de Niterói, entrevistaram-se seus monitores e aplicaram-se questionários aos seus usuários. Neste artigo, privilegiaram-se apenas os dados referentes às características dos telecentros e de seus usuários.

## 2. A exclusão social

Na educação não formal, o tempo e os espaços são mais flexíveis do que nas atividades formais estruturadas pela escola. Por exemplo, um jovem que frequente telecentros tem a

seu favor a possibilidade de aprender a utilizar o computador e navegar na Internet em quantas sessões forem necessárias. Não se questiona a importância do livre acesso às informações; entretanto, indaga-se se estes jovens sabem utilizar a tecnologia, uma vez que, em sua maioria, são educados em escolas que hoje vivem um processo de precarização. Seria possível, neste caso, o simples contato com a Internet proporcionar uma inclusão digital e social? Com essa indagação, passa-se a explorar as noções de inclusão e exclusão no interior do cenário tecnológico e social.

O conceito de exclusão digital começou a ser delineado na década de 1990, a princípio com sentido análogo ao termo “*digital divide*”. Este se referia à lacuna existente entre os indivíduos que possuíam ou não acesso aos computadores, à Internet e à informação *on-line*. No entanto, segundo Warschauer, esta noção reducionista desconsidera que “o acesso significativo às TIC abrange muito mais do que meramente fornecer computadores e conexões à internet. [...] insere-se num complexo conjunto de fatores, abrangendo recursos e relacionamentos físicos, digitais, humanos e sociais” (2006: 21), além do fato de que os indivíduos não se classificam apenas entre os que têm acesso e os que não têm.

Outros sentidos foram atribuídos à exclusão digital, apontando a relação desta com uma teia de causalidades – idade, etnia, renda, educação, política – e que qualquer iniciativa para reduzi-la não poderia desconsiderar esse contexto (WARSCHAUER, 2006: 21-24).

Warschauer (2006) enfatizou ser necessário focar a transformação social, e não as tecnologias. Debater os conceitos de inclusão social e TIC são alternativas que, de modo mais acurado, retratam os desafios a serem superados. A discussão muda do eixo “exclusão digital” para “inclusão social”, uma vez que o cerne das ações políticas globais não deve ser apenas superar a exclusão digital. A exclusão digital passa, então, a ser concebida como fato relacionado a uma exclusão maior, a social.

Elencando questões relacionadas à exclusão digital de parte significativa da população, Mattos & Chagas (2008) afirmaram que a falta de investimentos na melhoria da educação básica aumenta as desigualdades educacionais e consolida as diferenças. Portanto, não seria possível captar se “de fato a ampliação do número de pessoas conectadas à Internet significa que essas pessoas estão percebendo um acesso qualificado às TIC e se de fato esse acesso tem promovido uma melhoria significativa na qualidade de vida dessas pessoas” (*op. cit.*, 2008: 72).

Em uma outra abordagem, Cazeloto (2008) asseverou que a inclusão digital é um “artifício de engenharia social” que visa a estender à maioria as possíveis vantagens que as classes média e alta usufruem ao conectar-se. A crítica que

## “Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital

se faz à ação dos programas sociais de inclusão digital (Psid) é que esses estão voltados para capacitar os usuários a realizarem as tarefas mais simples e são oferecidos cursos básicos, que não requerem atualizações velozes e constantes de sua clientela, nos quais “o capital cognitivo fornecido (...) é perecível e estático, ao passo que a cibercultura faz da velocidade uma forma de riqueza e subordinação” (*op. cit.*, 2008: 135).

Outros fatores que, sem dúvida, influenciam a inclusão digital são a alfabetização e o letramento. Não se pode desconsiderar que o amplo acesso à escola (97,6%) nem sempre se traduz em aprendizado, já que, “entre as 28,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos, que pela idade já teriam passado pelo processo de alfabetização, foram encontradas 2,4 milhões (8,4%) que não sabem ler e escrever” (2008a). Ainda se conta com 14,1 milhões de analfabetos absolutos, o que corresponde a 10% da população adulta. É no fim da adolescência que a precariedade da educação se traduz em números decisivos: a escolaridade é de 7,9 contra os dez anos esperados.

Nesse caso, não é apenas o analfabetismo que inviabiliza o letramento digital, pois o analfabetismo funcional também deve ser contabilizado. Considera-se analfabeto funcional a pessoa que, apesar de possuir a capacidade de decodificar letras e números, não depreende o sentido de frases e textos e/ou não efetua operações matemáticas. Também é analfabeto funcional aquele que, com 15 anos ou mais, possui menos de quatro anos completos de estudo, ou seja, jovens e adultos que não concluíram o primeiro segmento do ensino fundamental (IBGE, 2008b: 44).

Em 2007, esse percentual era de 21,7% e, se somados aos 10% de analfabetos absolutos, chega-se ao patamar de **31,7%** da população (*ibid.*, p. 45), não alcançando o mínimo esperado de competências para a lectoescrita. Esses indivíduos não efetivarão a produção de conhecimento autônomo por meio de busca e seleção de informações, quer em livro, quer na Internet.

Com base nesses dados, indaga-se: até que ponto pode-se falar de inclusão digital, no caso de indivíduos que não incorporaram os hábitos de busca e seleção de informações, quer em livro, quer na Internet, indispensáveis à produção da autonomia?

### 3. Os telecentros em Niterói

Os telecentros são espaços gratuitos com computadores conectados à Internet para uso da população de baixa renda. Esses estabelecimentos tanto podem ser vinculados a instâncias governamentais como não governamentais (ONG) quanto a entidades religiosas.

Os vinculados a instâncias governamentais estão sob responsabilidade da Fundação Municipal de Educação (FME), que criou uma coordenação especial para gerenciar e administrar esses estabelecimentos. Cabe a essa coordenação verificar a viabilidade de novos proponentes; contratar e treinar monitores; normatizar o uso dos espaços; estabelecer duração, periodicidade e teor dos cursos; armazenar informações com relação à frequência dos usuários; e avaliar o andamento das atividades. E, ainda, ser responsável pelo cadastramento de usuários e pela definição de regras de utilização dos computadores, tais como tempo permitido para o acesso à Internet e bloqueio a *sites* proibidos, assim como estabelecer junto aos monitores (em sua maioria, alunos do ensino superior) as atividades de aprendizagem de informática básica.

Do ponto de vista da organização espacial, os telecentros – quer atrelados à Fundação, ONGs, quer agregados a instituições religiosas – se assemelham. No que concerne aos equipamentos, eles possuem computadores antigos, banda larga – que não é ágil; além disso, não há impressoras, *drives* de CD<sup>1</sup> ou DVD<sup>2</sup>, portas USB<sup>3</sup> e caixas de som. Dentre os telecentros pesquisados, somente um não possuía máquinas quebradas. Os demais estavam permanentemente aguardando manutenção.

Doravante, serão designados os telecentros por T1, T2, T3, T4 e T5.

Apesar de parecidos em atividades, cada telecentro possui especificidades distintas. O T1 foi o pioneiro em ações para a inclusão digital em Niterói. Segundo a coordenação local, esse estabelecimento tem por objetivo maior realizar e apoiar ações socioeducativas junto às comunidades e suas lideranças, bem como desenvolver programas em parcerias com escolas e universidades da rede pública de ensino. Sua missão é formar, capacitar, treinar e reorientar o adolescente para um “desenvolvimento integral e sadio”, ajustando-os ao seu ambiente familiar, escolar e comunitário, além de prestar apoio pedagógico a alunos da rede pública, encaminhados pela Secretaria de Educação e pelo Conselho Tutelar. Oferecem cursos de informática para jovens e adultos e, tal qual outros telecentros, permitem a utilização livre de computadores após o cadastramento do usuário.

O T2 atende a uma clientela diversificada: idosos, moradores de rua, crianças, estudantes em pesquisas escolares e jovens em busca de cursos de introdução à informática e/ou confecção de currículos. Está situado próximo à FME, em prédio público, em sala ao lado de uma biblioteca. Parte

<sup>1</sup> *Compact disc.*

<sup>2</sup> *Digital Versatile Disc.*

<sup>3</sup> *Universal Serial Bus.*

**“Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital**

do público que não encontrou na biblioteca as informações de que precisava para realizar pesquisas dirige-se ao local.

O T3 localiza-se no acesso a uma favela e estrategicamente próximo a outros dois projetos da Prefeitura: uma biblioteca e um posto médico. Nesse telecentro, os computadores são ocupados não só por jovens estudantes, mas também por trabalhadores desempregados e senhoras donas de casa, que buscam o estabelecimento para participar dos cursos de informática. Em T3, a presença de um “coordenador local”, morador da comunidade e, pelo que se observou, membro da associação de moradores local, fez-se notar.

Dentre os telecentros da FME, T4 é considerado modelo. Situa-se em área nobre de um bairro modesto, cercado por cinco escolas públicas e com frequência alta de jovens, a ponto de haver filas de espera e agendamentos. Foi o primeiro a ser inaugurado, possui 20 computadores conectados, igualmente distribuídos em duas salas, sendo dez para livre utilização e os outros destinados a cursos. As atividades são intensas. É o único telecentro no qual trabalham dois monitores por turno. Enquanto um ministra o curso, o outro se alterna entre tirar dúvidas dos usuários quanto à navegação, inserir em planilha o nome de todos os presentes e realizar as novas marcações. Todos os outros três telecentros da FME são mais modestos.

O T5 ocupa uma sala em prédio sem conservação alguma. Nesse recinto, há atendimento multidisciplinar a dependentes químicos, sendo estes também os principais usuários do telecentro. Comparando-o aos outros telecentros, esse foi o que apresentou as piores instalações e a menor frequência de usuários. É importante ressaltar que não há boa divulgação nem sinalização dos telecentros T2 e T5, que acabam sendo utilizados basicamente por residentes próximos a eles.

#### 4. Os jovens usuários de telecentros

Para a caracterização dos jovens usuários de telecentros, o presente estudo se valeu das três primeiras perguntas do questionário, que permitiram aos pesquisadores conhecer a idade, o gênero e a renda familiar desses sujeitos. Dos 50 questionários aplicados em telecentros, 11 foram invalidados, restando 39.

Com relação à faixa etária, verificou-se que predominam os usuários de 15 anos (28%), seguido dos de 17 anos (23%). Se forem agrupados todos os usuários em dois segmentos, de 15 a 17 anos e de 18 a 20 anos, e estabelecer-se uma comparação entre eles, notar-se-á que predomínio dos mais jovens é significativamente maior (69%) do que dos mais velhos (31%). Portanto, a concentração maior encontra-se na faixa dos mais jovens.

Quanto ao gênero, predomina o masculino, com percentual de 64% para o gênero masculino e 36% para o gênero feminino.

Na questão referente à renda familiar, a maior concentração de respostas nas primeiras faixas permitiu a confirmação do baixo poder aquisitivo desses usuários. Nesse quesito, a maior concentração de usuários de telecentros está nas duas primeiras faixas; até um e de um a três salários mínimos. Esses dois segmentos totalizam 74% dos entrevistados. O percentual que tem rendimentos de três a cinco salários é de 18%. O menor percentual encontrado foi no segmento de cinco a oito salários mínimos, sendo que não houve qualquer indivíduo que possuísse renda familiar superior a isso.

#### 4.1 Quanto ao lazer

Na questão relativa ao lazer, os percentuais registrados evidenciam a preferência da navegação na Internet como atividade de lazer. Este foi o item com maior percentual. Dos sujeitos usuários de telecentros, 23% afirmaram que se divertem navegando na Internet. Em segundo lugar, encontrou-se o futebol e, em terceiro, os jogos na Internet. Ao se agruparem as atividades relacionadas à navegação e aos jogos na Internet, foram encontrados 35% que usufruem o seu tempo de lazer em conexões no ciberespaço.

#### 4.2 Quanto ao local onde aprendeu a utilizar o computador

Com relação ao local onde os jovens participantes desta pesquisa fizeram seus primeiros contatos com a Internet, observou-se que a maior incidência foi na LAN<sup>4</sup> house (38%), seguido do telecentro (23%). Outro lugar que teve percentual significativo foi a escola (18%). A casa, o curso e a casa de amigos ou parentes foram pouco mencionados. Unindo os telecentros e as LAN houses, registrou-se o percentual de 61%, confirmando-os como locais significativos para a aprendizagem inicial da informática.

#### 4.3 Quanto à frequência em telecentros

Ao serem questionados os jovens usuários de telecentros acerca da frequência de suas visitas a esses estabelecimentos, em primeiro lugar, obteve-se a resposta de três a quatro vezes por semana (41%); em segundo lugar, cinco ou seis vezes por semana (36%), seguidos de uma ou duas vezes por semana (15%). Em último lugar, veio a opção “raramente”, com 8% da frequência. Ressalta-se que nenhum

<sup>4</sup> Local Area Network.

## “Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital

usuário de telecentro pode frequentá-lo diariamente ou seis vezes por semana, uma vez que tais estabelecimentos funcionam de segunda a sexta-feira. Os usuários que afirmaram visitar os telecentros de segunda a sexta-feira representam este percentual de 36% a que se fez referência anteriormente.

### 4.4 Quanto às finalidades do uso da Internet nos telecentros

Os usuários de telecentros afirmaram, em sua maioria (33%), utilizar o telecentro para navegar no *Orkut*, *MSN*<sup>5</sup>, *Twitter* ou *Facebook*. Em segundo lugar, foi significativo o percentual de usuários que frequentam os cursos de informática (23%); em terceiro lugar, a atividade mencionada foi jogar *on-line* (15%); em seguida, foram observadas as menções às pesquisas (13%) e os jogos *off-line* (10%); e, em último lugar, os cursos a distância, com apenas 1% do percentual geral.

### 4.5 Quanto à posse de computador doméstico com (ou sem) conexão à Internet

Quando questionados acerca da posse de computador doméstico com ou sem acesso à Internet, os usuários de telecentros informaram que, em sua maioria (54%), não possuem computador doméstico. Com relação aos jovens que têm computadores, com conexão à Internet, constatou-se um total de 28%, ainda que, em muitos casos, esta conexão não seja rápida (linha discada); os que não têm acesso à Internet totalizaram 18%.

Esses dados, relativos a uma pequena amostra de realidade, e que sem dúvida não podem ser indiscriminadamente generalizados, são, no entanto, bastantes para justificar as suspeitas inicialmente levantadas de que os telecentros estão longe de realizar as expectativas que levaram à sua criação. E, mais importante, de que, considerados em substituição aos cuidados ainda devidos à escolarização dessa faixa da população, eles se revelarão mesmo contraproducentes, no que respeita ao projeto de inclusão social dos jovens.

## 5. Considerações

Apesar do aparente esforço e dos investimentos em popularizar a Internet em telecentros, indagou-se: seria a Internet o caminho para propagar as transformações na sociedade e promover a inclusão digital dos jovens de baixa renda? E os telecentros, idealizados pelo governo com esta finalidade, estão alcançando suas metas?

Apesar de toda a mobilização apresentada em torno da promoção de mais conexões à Internet, não se pode refutar a observação feita por Castells (OLIVA, 2008) de que o papel da Internet, nos dias de hoje, ainda que seja determinante na vida social e econômica, não é considerado por si só fator de inclusão ou exclusão social: *o mais importante “[...] continuará sendo o acesso ao trabalho e à carreira profissional, e, antes, o nível educacional, porque sem educação a tecnologia não serve para nada.* [...] Na realidade, a Internet amplia a mais antiga lacuna social da história, que é o nível de educação”<sup>6</sup> (grifou-se).

Seria possível para o jovem de baixa renda, em sua maioria educado por uma escola ineficiente, partir para o contato com a Internet em telecentros e incluir-se digital e socialmente?

A afirmação de que o telecentro deve proporcionar o “uso intensivo da tecnologia da informação para ampliar a **cidadania e combater a pobreza**, visando [a] garantir a privacidade e segurança digital do cidadão, sua inserção na sociedade da informação e o **fortalecimento do desenvolvimento local**” (grifou-se), evidencia um discurso que não leva em conta a formação educacional e profissional da população. Esse é um discurso que faz crer que a tecnologia e os avanços da sociedade se entrelaçam e que o acesso eficiente, planejado, intencional e competente às TICs pode contribuir para melhorar as oportunidades de vida; entretanto, ignora-se que os já marginalizados possuem oportunidades reduzidas. Portanto, os dados indicam que é improvável que a **inclusão digital gere inclusão social**.

E continua-se indagando: é possível ao indivíduo analfabeto funcional, pobre e excluído de seus direitos de cidadão apoderar-se das tecnologias para magicamente modificar o seu quadro social?

Mesmo Warschauer, pesquisador entusiasta das TICs em países pobres, enfatizou a importância que a educação desempenha no processo de inclusão digital. Suas pesquisas evidenciaram a necessidade de ações governamentais complexas que promovam mais do que o acesso ao computador e à Internet por meio de fornecimento de computadores. Para esse autor, é imperativo fomentar ações que permitam ao sujeito a construção de estruturas prévias, tais como “a língua, o letramento, a educação, as estruturas comunitárias e institucionais” (WARSCHAUER, 2006: 23). Somente após essa construção, seria possível realizar um uso significativo das tecnologias.

<sup>5</sup> Microsoft Network.

<sup>6</sup> Ver em <<http://vitalvereador.wordpress.com/2010/11/07/manuel-castells-o-poder-tem-medo-da-internet/>>

**“Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital**

Neste caso, tornar-se incluído digital requer o prévio domínio da leitura e escrita em situações que exijam intencionalidade da ação comunicativa (SOARES, 2002: 143-160). Ser letrado é, então, participar de “o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participando competentemente de eventos de letramento” (*op. cit.*, 2002: 143-160; grifou-se).

O letramento digital requer igualmente o domínio de tecnologia e a compreensão das práticas de escrita no ciberespaço. Em analogia com as noções de alfabetização e letramento na escrita convencional, seria possível dizer que a alfabetização digital direciona-se à aprendizagem inicial das novas tecnologias de escrita e o letramento digital requer, além da “apropriação de uma tecnologia, (...) o exercício efetivo das práticas de escrita que circulam no meio digital” (FRADE, 2007: 60).

Ao ampliar a discussão e ao incluir o modo descontínuo e heterogêneo como o letramento se incorpora a outros conhecimentos, Goulart (2007) enfatizou o desafio da escrita e da leitura na tela do computador por se tratar de “um sistema de convenções diferente daquele que regula aquelas atividades em papel. (...) No texto eletrônico, (...) as pessoas lidam com temporalidades e espacialidades que estão inscritas na modificação das bases materiais do novo objeto que geram diferentes estratégias de leitura, de diálogos” (*op. cit.*, 2007: 53-54). Para essa autora, a escrita, concebida como saber, é cada vez mais necessária para que a criação e o uso de novos “gêneros do discurso” constituam-se na Internet com a mesma criticidade que nos suportes convencionais da escrita.

A aparente facilidade de navegar na Internet esconde um grupo de habilidades específicas que o usuário deve possuir, de forma a localizar, avaliar e utilizar as informações para construir novos conhecimentos (WARSCHAUER, 2006: 157). Dentre as competências necessárias, esse autor citou as seguintes: desenvolver boas perguntas de pesquisa; determinar os lugares mais prováveis onde procurar informações relevantes; selecionar a ferramenta de busca mais apropriada; formular questões de busca adequadas; avaliar rapidamente o resultado da questão de busca, incluindo a confiabilidade, a autoria e a aceitação geral da fonte; salvar e arquivar as informações; citar as fontes localizadas e/ou a elas referir-se (*op. cit.*, 2006: 157).

Em palestra proferida acerca do uso das TICs na educação, Pierre Lévy (2010) ressaltou que o contato com a Internet deve fortalecer as escolhas e decisões humanas do ponto de vista individual e coletivo. Além de seu discurso corroborar o desenvolvimento de competências tais quais as citadas por Warschauer, também enfatizou a importância de sintetizar, compartilhar e (re)significar continuamente as infor-

mações. Esse processo ampliaria o que ele chamou de inteligência coletiva, movimento de compartilhamento de saberes, que se iniciou na comunidade científica e que hoje se potencializa no ciberespaço.

Ao serem confrontados todos esses requisitos prévios e indispensáveis ao processo de letramento digital com a realidade social brasileira expressa nos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, percebe-se o abismo decorrente da fragilidade do sistema educacional brasileiro.

Diante de todos esses dados relativos às competências para o letramento digital e os índices de analfabetismo nacional apresentados, não se pode deixar de ressaltar que a distribuição em escolas de 147.335 computadores, realizada pelo governo federal desde 1997 até 2006 (Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo), está longe de ser suficiente, se for levado em consideração que possuir práticas de leitura e escrita com intencionalidade é condição imprescindível para a ocorrência de novas relações com o saber.

Segundo o IBGE, a educação melhorou. Se, em 1997, apenas 26,6% dos adolescentes cursavam o ensino médio, atualmente este índice é de 48%. Ainda assim, de acordo com essa mesma estatística, não mais que a metade dos jovens matriculados conclui os estudos. Ao se adicionar esta metade (24%) àqueles que nem ingressaram no ensino médio (52%), constata-se que 76% da população brasileira não possui essa formação.

A evasão escolar, responsável por esses índices, é multifatorial. Em síntese, há duas abordagens que buscam explicações para tal fenômeno: aquela que considera os fatores externos à escola e a que aponta para os fatores intraescolares. Na primeira, responsabiliza-se a desestruturação familiar, as políticas de governo e o desemprego, enquanto que, na segunda, o enfoque recai sobre a própria escola, o currículo e o professor.

Em pesquisa acerca da evasão escolar, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) concluiu que, dentre diversos fatores que contribuem para o quadro, os principais são a ausência de interesse (40,3%) e a necessidade de trabalho e renda (27,1%). Como se pode imaginar, as regiões com mais oportunidades de trabalho são as que possuem as maiores taxas de evasão escolar. É a combinação de demanda de trabalho em metrópoles mais ricas com a necessidade de suprirem sua renda que propicia a evasão escolar de adolescentes pobres. Ou seja, o problema reside na junção: número elevado de oportunidades de trabalho com a carência de renda.

As políticas governamentais seguem outras direções. Alheios à carência de renda familiar que forja a entrada precoce

## “Juventude conectada”? Telecentros: mitos e evidências da inclusão digital

dos jovens no mercado de trabalho, o Ministério da Educação (MEC) afirma que o problema está no currículo, pois este deveria ser mais atraente para os jovens, incluindo disciplinas optativas e aulas práticas.

No entanto, independentemente das justificativas fornecidas ao fenômeno da evasão, os dados evidenciam a urgência de ações contundentes para alterar esse quadro. Considerando-se a fundamental importância da escola como locus ideal para a construção de conhecimentos e a aquisição da leitura e escrita competentes, mudar estes índices deveria ser de extrema relevância para as políticas públicas.

Segundo dados do IBGE, a taxa de analfabetismo, que era de 14,7% em 1997, caiu para 10% em 2007. Os maiores percentuais foram aferidos no Nordeste, que apresenta o dobro da média brasileira. Também é possível considerar que o analfabetismo é rural, tendo em vista que a taxa é três vezes maior que a urbana (23,3% contra 7,6%).

Ainda de acordo com os mesmos dados estatísticos apurados pelo IBGE, independentemente da localização, compreende-se que o analfabetismo está diretamente relacionado com a renda familiar, uma vez que, na população que sobrevive com até meio salário mínimo *per capita*, aproximadamente 18% eram analfabetos e, na que tinha rendimentos superiores a dois salários mínimos, encontrava-se apenas o índice de 1,4%.

É importante ressaltar que, apesar de o acesso à escola tanto em áreas urbanas quanto rurais ter aumentado significativamente, a qualidade da educação é questionável com base nos baixos rendimentos constatados pelo indicador Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O analfabetismo total e o funcional são apresentados como problema localizado principalmente no Nordeste e em áreas

rurais no resto do País; entretanto, o analfabetismo funcional também possui índices expressivos em outras regiões.

Para Sorj (2005) e igualmente Martín-Barbero (2005), as escolas (públicas) estariam na centralidade da inclusão digital das novas gerações por serem o único local com potencial para atingir toda a população de baixa renda.

Já as pesquisas de Warschauer (2006) sobre escolas apontam que investimentos altos em aquisição de computadores nem sempre geram resultados satisfatórios. Segundo esse autor, o foco deveria ser na atualização de professores, com ênfase no uso pedagógico das TICs, uma vez que a adaptação desses profissionais à tecnologia e modificação da práxis docente é processo lento.

Inicialmente, neste artigo, a Internet foi definida como local de proliferação de consumo e *merchandising*, isto é, como ambiente de aproximação entre produção (indústria) e consumidores. Esta afirmação poderia ser contestada, tendo em vista a possibilidade de uma utilização política de resistência da Internet nos novos movimentos sociais, visando ao combate da desigualdade social. Porém, questiona-se esta possibilidade uma vez instaurada uma (con) fusão produzida no âmbito das novas tecnologias de informação que tomam a própria informação por conhecimento.

Apesar da aceitação de que a inclusão digital não pode ser dada como panaceia para todos os problemas educacionais da atualidade, seria não somente equivocado como altamente danoso não reconhecer que os extraordinários instrumentos colocados à disposição da formação humana pelas TICs, lançam, de fato, um grande desafio à inventividade e à capacidade de criação dos educadores. Não há dúvidas de que depende ainda dos usos que será dado a eles a sua capacidade de contribuir positivamente para a educação dos jovens brasileiros.



**“Juventude conectada”? Telecentros:  
mitos e evidências da inclusão digital****6. REFERÊNCIAS**

- AMARAL, Mirian M. do & BOHADANA, Estrella. Conectividade e mobilidade social: pilares da inclusão digital? *Contemporanea – Revista de Comunicação e Cultura*, v. 6, n. 2, p. 1-21, Salvador, dezembro, 2008.
- BARBER, Benjamin Raymond. Cultura McWorld. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 41-56.
- BRASIL. Governo Federal – Inclusão Digital. Programas governamentais para inclusão digital. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas>>. Acesso em: 10 de outubro de 2008 e 22 de outubro de 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. O que é um Telecentro e para que serve?. Disponível em: <[http://www.idbrasil.gov.br/docs\\_telecentro/docs\\_telecentro/o\\_que\\_e](http://www.idbrasil.gov.br/docs_telecentro/docs_telecentro/o_que_e)>. Acesso em: 22 de outubro de 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. Observatório Nacional de Inclusão Digital. Mapa dos telecentros no Brasil. Disponível em: <<http://www.onid.org.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Programas para inclusão digital. Brasília: s/d. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12502&Itemid=823](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12502&Itemid=823)>. Acesso em: 20 de julho de 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro. Inclusão digital – o programa. Disponível em: <<http://www.serpro.gov.br/inclusao/oprograma>>. Acesso em: 11 de junho de 2010.
- CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- CAZELOTO, Edilson. *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: Senac/SP, 2008.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008. Coordenação executiva e editorial: Alexandre F. Barbosa. São Paulo: Cetic.br, 2009.
- \_\_\_\_\_. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Análise dos resultados da TIC Domicílios 2009. Série história – Total Brasil e área urbana. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.
- FRADE, Isabel Cristina A. da S. Alfabetização digital: problematização do conceito e possíveis relações com a pedagogia e com a aprendizagem inicial do sistema de escrita. In: COSCARELLI, Carla V. & RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Ceale, 2007. p. 59-83.
- FREIRE, Paulo & HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GOULART, Cecília. Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica. In: COSCARELLI, Carla V. & RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Ceale, 2007. p. 41-58.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@. População jovem no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, s/d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 de julho de 2009.
- \_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1233&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1)>. Acesso em: 20 de julho de 2009.
- \_\_\_\_\_. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2008/indic\\_sociais2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2008/indic_sociais2008.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2009.
- LEMONS, André. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. *Revista Razón y Palabra*, n. 41, Atizapán de Zaragoza, outubro/noviembre, 2004.
- LÉVY, Pierre. Os avanços e desafios da educação face às novas tecnologias. Palestra efetuada no Seminário Internacional sobre Inovação e Educação. Rio de Janeiro: Senai/Centro de Convenções Riocentro, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 57-86.
- MATTOS Fernando Augusto M. de & CHAGAS, Gleison José do N. Desafios para inclusão digital no Brasil. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, p. 67-94, Belo Horizonte, janeiro/abril, 2008.
- OLIVA, Milagros Pérez. Manuel Castells: O poder tem medo da Internet. Entrevista. *El País*, Madri, janeiro, 2008. Disponível em: <<http://vitalvereador.wordpress.com/2010/11/07/manuel-castells-o-poder-tem-medo-da-internet/>>.

**“Juventude conectada”? Telecentros:  
mitos e evidências da inclusão digital**

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, Rio de Janeiro, janeiro/fevereiro/março/abril, 2004.

SORJ, Bernardo & GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas

públicas. *Novos Estudos*, n. 72, p. 101-117, São Paulo, julho, 2005.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão digital: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac/SP, 2006.